

Belo Horizonte, 28 de março de 2018

Ilmos. Srs.
Presidente e Conselheiros do
Instituto Ramacrisna
Betim - MG

A/C: Sr. Expedito Martins Chumbinho - Presidente
Sra. Daniela Balbina de Souza Crespo Marra - Contadora

Prezados Senhores,

Anexamos o Parecer Final e Conclusivo da Auditoria Externa às Notas Explicativas elaboradas pelo **Instituto Ramacrisna** incluindo as Demonstrações Contábeis e Financeiras do período levantado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,


R&R AUDITORIA E CONSULTORIA
Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
Diretor

Balanço Patrimonial do Exercício findo em

(valores em Reais)

	Nota	2017	2016 Reapresentado
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa - sem restrição	6	2.664.511	2.541.642
Caixa e equivalentes de caixa - com restrição	6	2.237.501	687.314
Contas a receber - sem restrição	7	1.401.832	1.117.325
Contas a receber - com restrição	7	2.191.501	2.561.395
Estoques	4.9	545.903	533.517
Adiantamentos		33.387	26.385
Outras contas a receber		8.575	1.404
Processos Judiciais de contas a receber - sem restrição		81.636	26.192
Despesas diversas a apropriar		6.361	8.110
		9.171.207	7.503.283
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais	9	3.032.112	2.630.644
Processos Judiciais de contas a receber - sem restrição		58.905	58.905
Imobilizado	10	8.756.469	8.811.850
Intangível	10	472.599	433.637
		12.320.084	11.935.035
TOTAL DO ATIVO		21.491.291	19.438.318
	Nota	2017	2016 Reapresentado
Passivo Circulante			
Fornecedores - sem restrição		282.565	37.373
Fornecedores - com restrição		8.352	55.458
Empréstimos e Financiamentos		28.823	27.853
Obrigações e encargos sociais - sem restrição		876.798	424.271
Obrigações e encargos sociais - com restrição		415.138	711.728
Credores diversos - sem restrição		54.728	43.428
Credores diversos - com restrição		51.748	14.855
Convênios e parcerias a prestar contas	11	3.500.937	2.111.072
Tributos a recolher - sem restrição		43.074	26.527
Tributos a recolher - com restrição		42	-
Adiantamento a clientes		5.445	13.594
Multas trabalhistas		12.172	23.630
Receitas a apropriar		2.249	54.361
		5.282.073	3.544.149
Passivo Não Circulante			
Financiamentos		-	27.656
Multas trabalhistas		33.523	57.623
Depósitos Judiciais	9	3.032.076	2.630.644
		3.065.599	2.715.923
Patrimônio Líquido			
Patrimônio social		10.235.568	9.311.348
Ajustes de avaliação de ativos	12	2.942.677	3.190.857
Superávit (Déficit) do Exercício	4.9	(34.627)	676.041
		13.143.618	13.178.246
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO SOCIAL		21.491.291	19.438.318

Demonstração do Resultado do Exercício findo em

(valores em Reais)

	Nota	2017	2016 Reapresentado
Atividades de Assistência Social			
Doações de Pessoas Físicas		240.016	314.516
Doações de Pessoas Jurídicas		3.066.000	82.406
Receitas de Convênios Beneficentes e Parcerias		3.643.440	9.604.009
Receitas das atividades de Restaurantes Populares		2.369.677	1.798.152
Receitas das atividades de Adolescente Aprendiz		5.768.451	4.094.661
Receitas Patrimoniais		182.322	525.761
(=) Receita operacional bruta		15.269.906	16.419.505
Custo dos serviços prestados			
Pessoal e encargos		(9.892.092)	(11.627.269)
Serviços prestados por terceiros		(3.964.220)	(1.947.482)
Material direto aplicado		(1.628.636)	(2.328.947)
(=) Resultado operacional bruto		(215.042)	515.807
Despesas Administrativas			
Despesas administrativas		(500.539)	(811.449)
Despesas com doações		(6.027)	(302.214)
Despesas legais/judiciais		(14.741)	(54.120)
Despesas legais/judiciais		(12.270)	(8.189)
Despesas gerais		(467.501)	(446.927)
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		(715.581)	(295.642)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		177.606	263.813
Receitas de aplicações financeiras		(35.816)	(5.988)
		213.422	269.802
(=) Déficit líquido do exercício da Assistência Social		(537.975)	(31.829)
Atividades de Geração de Renda			
Receitas de Vendas de Telas e arames		5.915.048	5.271.197
Receitas Prestação de Serviços Diversos		92.109	561.804
(-) Deduções de Vendas			
Cancelamentos e devoluções		(66.617)	(107.004)
Descontos concedidos		(588)	(3.400)
Impostos sobre vendas		(353.077)	(274.026)
(=) Receita líquida de vendas e serviços		5.586.875	5.448.572
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados			
Mão-de-obra utilizada		(852.294)	(720.305)
Serviços prestados por terceiros		(223.329)	(77.618)
Material direto e indireto	4.9	(3.953.357)	(3.723.265)
(=) Resultado operacional bruto		557.895	927.384
Despesas Administrativas			
Despesas administrativas		(174.425)	(412.823)
Despesas administrativas		(42.566)	(286.766)
Despesas gerais		(131.859)	(126.056)
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		383.470	514.561
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		119.878	193.309
Despesas financeiras		(29.791)	(17.340)
Receitas de aplicações financeiras		51.322	102.647
Outras receitas financeiras		98.346	108.602
(=) Superávit líquido da Geração de Renda		503.347	707.870
(=) Superávit (Déficit) líquido da Ramacrisna	4.9	(34.627)	676.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.






Demonstração do Fluxo de Caixa do Exercício findo em

(valores em Reais)

	2017	2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(34.627)	676.041
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações/amortização	599.361	572.983
Superávit líquido ajustado	564.733	1.249.024
(Aumento) redução de ativos		
Contas a receber - sem restrição	(284.507)	(236.441)
Contas a receber - com restrição	(369.895)	(1.232.474)
Estoques	(12.386)	249.244
Outros Ativos	(67.870)	(12.495)
	<u>(734.657)</u>	<u>(1.232.166)</u>
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores - sem restrição	245.192	(253.524)
Fornecedores - com restrição	(47.105)	(76.838)
Obrigações e encargos sociais - sem restrição	452.528	75.800
Obrigações e encargos sociais - com restrição	(296.589)	348.327
Convênios e parcerias a prestar contas	1.389.865	(689.463)
Outros Passivos	136.502	919.651
	<u>1.880.392</u>	<u>323.953</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.710.468	340.811
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos		
Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	(8.049)	(1.032.314)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(8.049)	(1.032.314)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento		
Empréstimos de curto prazo	(29.363)	(38.516)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(29.363)	(38.516)
(=) Variação das disponibilidades	1.673.056	(730.019)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3.228.956	3.958.974
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	4.902.012	3.228.956
Aumento líquido das disponibilidades	1.673.056	(730.019)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.






Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Exercício findo em

(valores em Reais)

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015	8.413.614	3.439.037	645.156	12.497.807
Ajustes de exercícios anteriores	4.397			4.397
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	248.180	(248.180)		-
Incorporação de resultados anteriores	645.156		(645.156)	-
Superávit do exercício			676.041	676.041
Saldo em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	9.311.347	3.190.857	676.041	13.178.245
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	248.180	(248.180)		-
Incorporação de resultados anteriores	676.041		(676.041)	-
Superávit do exercício			(34.627)	(34.627)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.235.568	2.942.677	(34.628)	13.143.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
LEVANTADAS EM 31/12/2017 E 31/12/2016**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O **Instituto Ramacrisna** é uma associação, sem fins lucrativos e de caráter beneficente, com sede a Rua Mestre Ramacrisna, 379, Bairro Santo Afonso, na cidade de Betim, Estado de Minas Gerais, atua na área de atendimento a famílias dos municípios de Betim/MG, Esmeraldas/MG, e Belo Horizonte, que participam dos programas desenvolvidos de acordo com o Plano Nacional de Assistência Social, e na forma que consta no seu estatuto social.

O Instituto tem por objetivo promover o desenvolvimento local de comunidades em situação de vulnerabilidade social, através de ações que levem à minimização da evasão escolar, elevação do nível de escolaridade de crianças e adolescentes, qualificação profissional de jovens e adultos, protagonismo juvenil e empoderamento comunitário.

As ações buscam promover o crescimento do ser humano através da arte, cultura, educação, esportes, profissionalização, geração de trabalho e renda e apoio social, atuando junto a famílias em situação de vulnerabilidade social, para que através do autoconhecimento, tornem-se autossuficientes.

Em seus cinquenta e oito anos de existência mais de cem mil pessoas tiveram suas vidas transformadas para melhor através dos projetos e dos trabalhos desenvolvidos com a excelência de uma instituição social responsável e referência no Terceiro Setor. Nesses anos, a Ramacrisna passou a ser detentora de diversos títulos e certificados, tais como:

- Título de Utilidade Pública Federal, Decreto No. 59.602, expedido em 28.11.66;
- Título de Utilidade Pública Estadual, Lei No. 2.215, expedida em 24.08.60;
- Título de Utilidade Pública Municipal de Betim, Lei No. 1.462, expedida em 22.09.81;
- Utilidade Pública Municipal de Belo Horizonte: Lei número 1.288, expedida em 01.12.66;
- CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, renovado através da portaria nº 24 de 11 de março de 2014 da Secretaria Nacional de Assistência Social;



- Qualificação como OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado de Minas Gerais;
- Atestado de Cadastramento de Entidade de Assistência Social – 382 em 11/06/1959;
- Conselho Nacional de Assistência Social: Certificado número 60.188/62.
- Conselho dos Direitos da Criança e Adolescente de Betim: 01 de 2.12.92;
- Conselho Municipal de Assistência Social de Betim: 001.

O Instituto Ramacrisna em sua última reunião do Conselho Deliberativo ocorrida em 14/11/2017 aprovou a mudança da razão social de Missão Ramacrisna para **INSTITUTO RAMACRISNA**. O nome principal foi mantido devido à decisão do fundador, Arlindo Corrêa da Silva, que prestou uma homenagem a Sri Ramakrishna, filósofo indiano, ecumenista, nascido no século 18, que pregava o trabalho social e voluntário como forma de crescimento do ser humano. Acreditamos que agregando Instituto ao nome, estamos nos adequando aos novos tempos, olhando para frente com muita fé e confiança nas bênçãos divinas para a realização dos propósitos de servir ao semelhante estabelecidos por ele.

2. ASPECTOS SOCIETÁRIOS

O Instituto Ramacrisna tem como estrutura administrativa um Conselho Deliberativo, uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal. A sua missão é promover sonhos, transformar vidas por meio de soluções em educação e profissionalização, visando o desenvolvimento humano, cultural, social e ambiental.

Sua Visão é ser referencia em inovação, gestão de projetos sociais e otimização do uso de recursos no Terceiro Setor. Seus Valores são: Ética, Altruísmo, Inovação, Comprometimento, Determinação, Transparência e Flexibilidade.

O Instituto Ramacrisna tem como finalidade estatutária precípua prestar serviços tipificados pela Resolução Nº 109/2009 do CNAS, tendo como prioridade serviços de prestação social básica, classificados pelo SUAS, conforme validação efetuada pelo Conselho de Assistência Social de Betim, através do comprovante de inscrição nº 007 que assim descreve:

- I. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- II. Desenvolvimento de cursos de qualificação profissional;
- III. Desenvolvimento de oficinas;
- IV. Projeto Adolescente Aprendiz;
- V. Manutenção dos Restaurantes Populares.



3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade ITG 2002 – *Entidades sem Finalidades de Lucros*, aprovada pela resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade, em especial a NBC TG 1000 e NBC TG 26 – *Apresentação das Demonstrações Contábeis*, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.185/09, alterada a nomenclatura de NBC T 19.27 para NBC TG 26, conforme Resolução CFC n.º 1.329/11.

Foram atendidas, ainda, as disposições das Leis nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09, Lei nº 91-1935 e o Decreto nº 50.517/61, alterado pelo Decreto nº 60.931/67 e também a Lei 12.101/09 e o Decreto 7237/10, que norteia às ações das entidades de assistência social.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, salvo algumas as observações contidas na Nota 4.9 e 4.10:

4.1 - As receitas e as despesas foram reconhecidas, mensalmente, respeitando o regime contábil de competência. As receitas de convênios e parcerias passaram a ser reconhecidas no momento que em que são efetuados os contratos de trabalho, as compras de materiais e contratação de serviços, conforme ITG 2002.

a) O saldo em 2017 da contas de despesas diversas a apropriar refere-se a prêmios de seguros devidamente contabilizados pelo regime mencionado. Os valores de 2016, além disso, referiam-se tanto no ativo quanto no passivo, a valores a apropriar oriundos de contratos e convênios que ao longo de 2017 foram realizados.

4.2 - Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais.

4.3 - As aplicações financeiras estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço.

4.4 – As contas a receber – sem restrição correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadoria e a prestação de serviços no decurso normal das atividades. A maior parte das vendas é efetuada com base em prazos normais de crédito, e as contas a receber não estão sujeitos a juros. Os valores contábeis de contas a receber de clientes e outras são revistos para determinar se há qualquer evidência objetiva de que os valores não recuperáveis. Se houver evidência, uma



perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente na Demonstração de Resultado do Período.

4.5 - A provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) não foi constituída ao final do exercício pela inexistência de títulos vencidos há mais de cento e oitenta dias e devido ao reconhecimento das reais perdas na realização dos créditos, conforme explicado no item anterior, vide item 14 (quatorze) da Resolução CFC No. 1.409/12 (NBC – ITG 2002).

4.6 - As contas a receber – com restrição referem-se os valores a receber de órgãos públicos municipais relativos a convênios e parcerias com empresas privadas celebrados em 2017 com parcelas a receber durante de 2018.

4.7 - Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições e inferior a o custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O custo dos produtos acabados compreende ao custo das matérias-primas mais os insumos necessários à fabricação. Eles são representados pelo por materiais de manutenção e consumo, juntamente com os materiais aplicados nas fábricas de telas, e de alimentos nos restaurantes. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. Eles são trabalhados de acordo com as orientações da Resolução CFC 1.170/09 (NBC TG 16).

4.8 - A provisão de férias e encargos foi calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes apresentados sob a rubrica Obrigações e encargos sociais.

4.9 As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados como objetivo melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações financeiras, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades. O Instituto no exercício de 2017 efetuou correções de períodos anteriores, conforme disposição da NBC TG 23 (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), referente à lotes de mercadorias de estoques relativos ao ano de 2016 que estavam compondo o saldo inadequadamente, por não terem sido baixados no sistema de informação na época adequada, no montante de R\$ 308.742. Esse registro implicou na reapresentação retrospectiva dos saldos das rubricas afetadas, com o destaque no título da nomenclatura “reapresentado”, que compõe o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do ano de 2016. Os efeitos dessa correção impactaram as rubricas de “Estoques”, “Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados” e “Superávit do Exercício”.

4.10 A metodologia aplicada na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa foi a indireta. Por esse método, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando-se o superávit do exercício quanto aos itens que não afetam



o caixa, tais como depreciação, mudanças ocorridas nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar durante o período e todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam decorrentes das atividades de investimento ou de financiamento, conforme item 7.8, da TG 1000. Nas contas a receber – sem restrição, foram apurados os valores a receber oriundos das Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas, junto as demais movimentações de outras contas a receber contabilizadas no Ativo.

A Administração concluiu que as demonstrações contábeis apresentam, de forma apropriada, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e julgou ser impraticável e irrelevante determinar os efeitos das mudanças de política contábil na informação comparativa para os períodos anteriores apresentados, conforme determina a NBC TG 23, tendo em vista a relação custo-benefício de tal informação.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas realizadas pela Administração quando da elaboração das demonstrações financeiras incluem a vida útil para seus ativos imobilizados e intangíveis, o valor residual dos ativos imobilizados e as perdas com o valor recuperável de recebíveis.

As contas de ativos e passivos circulantes, assim como as contas de ativos e passivos não circulantes estão apresentadas pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas e são registradas em valor presente. Não foram identificadas casos com a necessidade de ajuste de valor presente.

A ITG 2002 determina que o trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso



financeiro. Contudo, O Instituto Ramacrisna não realizou a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário, tendo em vista que o custo para gerar essa informação seria superior ao seu benefício.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os numerários e recursos financeiros mantidos podem ser assim apresentados:

Caixas e Equivalentes de caixa - sem restrição		
	2017	2016
	<u> </u>	<u> </u>
Fundo Fixo	-	-
Bancos conta movimento	82.863	126.362
Aplicações Liquidez Imediata	2.581.648	2.415.280
Total	<u>2.664.511</u>	<u>2.541.642</u>
Caixas e Equivalentes de caixa - com restrição		
	2017	2016
	<u> </u>	<u> </u>
Fundo Fixo		
Bancos conta movimento	185.110	288.042
Aplicações Liquidez Imediata	2.052.390	399.271
Total	<u>2.237.501</u>	<u>687.314</u>

7. CONTAS A RECEBER

Esses ativos decorrem das atividades cuja contra prestação financeira é originária de recursos privados para sustentabilidade dos programas e projetos assistenciais realizados pela Entidade. Estão dessa forma demonstrados:



Contas a receber - sem restrição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contas a receber da atividade Fabril Telas	890.386	710.315
Contas a receber da atividade Adolescente Aprendiz	510.535	388.734
Contas a receber da atividade Restaurante Popular	11	18.276
Contas a receber outras atividades	900	
Total	<u>1.401.832</u>	<u>1.117.325</u>

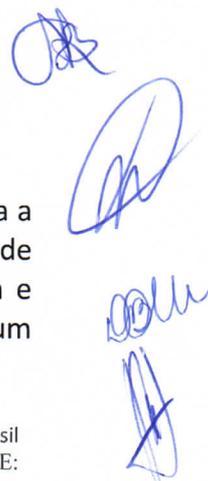
Os valores a receber de convênios e demais parceiros, sejam entidades públicas ou privadas estão representados pelos valores constantes dos termos de convênio e contratos devidamente assinados entre as partes. Esses valores somente podem ser aplicados nas atividades estabelecidas nos termos pactuados entre as partes. Conforme previsto no Artigo 2º, inciso III da Lei 13.204/2015, a entidade firmou Termos de Colaboração no ano de 2017 e parcerias privadas para os projetos/programas:

Contas a receber - com restrição

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Parcerias Públicas		
Restaurante Popular Centro	-	2.034.782
Restaurante Popular Teresópolis	98.348	0
SCFV - PSE	-	98.114
SCFV - PSB	-	332.622
SCFV - Projetos e programas	-	41.516
SCFV - CP 001/2017	141.796	0
SCFV - Poupança Jovem	641.302	0
SCFV - Rede Viver Bem Idoso	40.716,01	
Parcerias Privadas		
Consulado Americano	15.104	0
FIAT - Promovendo a Educação	1.251.986	0
Reembolso de projetos encerrados em 2016	2.249	54.361
Total	<u>2.191.501</u>	<u>2.561.395</u>

8. GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

Risco de Passivo Trabalhista: As atividades desenvolvidas pelo Instituto Ramacrisna a expõe a diversos riscos de mercado e risco de liquidez. Apesar da responsabilidade de repasse integral dos recursos financeiros pela prefeitura Municipal de Betim e outros, serem garantidos nos termos de convênios celebrados, a geração de um



passivo trabalhista através da gestão de empregados pode acarretar um risco de liquidez futuramente. Para fazer frente a este risco, O Instituto Ramacrisna tem procurado reservar recursos o pagamento dos gastos com as respectivas rescisões trabalhistas.

Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalente de caixa e está relacionado à exposição de crédito a clientes.

Risco de liquidez: O não recebimento de recursos públicos no tempo previsto no termo de convênio celebrado pode vir acarretar riscos de liquidez. Com relação a empréstimos e financiamentos os valores apresentados são originários de FINAME de ativo imobilizado, no caso um veículo Caminhão.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos: Após avaliação dos ativos do Instituto Ramacrisna, chegou-se a conclusão de que não há qualquer indicação de que esses ativos sofreram perda por redução de valor recuperável.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais são que se promovem em juízo em conta bancária vinculada e processo judicial, sendo realizado em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial de futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial. O valor em discussão está registrado no passivo não circulante.

Como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim se O Instituto Ramacrisna não tiver êxito nos processos, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável, há possibilidade de resgate dos depósitos. Esses depósitos referem-se a dois processos relacionados à isenção/imunidade do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados e do PIS - Programa de Integração Social.

10. IMOBILIZADO E INTANGIVEL

O imobilizado e intangível estão demonstrados ao custo de aquisição. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, com bases em taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens.



Descrição	%	2016				2017	2016
		Tx.	Líquido	Adição	Baixa	Depreciação Amortização	Líquido
Imobilizado							
Terrenos	0%	3.954.708,30	0	0		3.954.708,30	3.954.708,30
Edificações	4%	3.511.046,02	573.104,51	0	-266.158,24	3.817.992,29	3.511.046,02
Construções em andamento	0%	359.761,13	214.343,38	-574.104,51		0,00	359.761,13
Móveis/ Utensílios	10%	160.742,95	9.148,71	0	-27.374,39	142.517,27	160.742,95
Máquinas e Equipamentos	10%	467.370,33	152.220,51	0	-71.948,65	547.642,19	467.370,33
Computadores e Periféricos	20%	147.808,98	9.937,11	0	-60.163,41	97.582,68	147.808,98
Veículos	20%	117.266,04	76.890,00	0,00	-65.242,64	128.913,40	117.266,04
Aparelhos Eletroeletrônicos	20%	38.613,03	9.173,40	0	-22.379,34	25.407,09	38.613,03
Acervo para Biblioteca e Aplicativos	20%	7.216,06	69,3	0	-1.116,00	6.169,36	7.216,06
Instrumentos Musicais	20%	44.528,36	0	0	- 16.360	28.168,79	44.528,36
Ferramentas	10%	2.789,00	118,4	0	- 540	2.367,55	2.789,00
Máquinas e Equipamentos - Comodato		-		0		5.000,00	0,00
Total Imobilizado		8.811.850	1.045.005	- 574.105	- 531.282	8.756.469	8.811.850
Licença uso software		433.637	106.894		- 67.931	472.599	433.637
Total Intangível		433.637	106.894	-	- 67.931	472.599	433.637

O Instituto verifica de forma periódica a existência de indicações de possíveis perdas por redução ao valor recuperável de seu imobilizado, sendo que a próxima avaliação ocorrerá no ano de 2019, e havendo tais indicações, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, será constituída estimativa de perda para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

11. CONVÊNIOS E PARCERIAS A PRESTAR CONTAS

Os valores apresentados correspondem a saldos a prestar contas originadas de parcerias públicas e privadas devidamente acrescidos dos rendimentos financeiros de valores repassados e não aplicados nas atividades até o final do exercício, que devam ser remunerados via aplicações financeiras. Tais obrigações conjugam com os valores registrados no Ativo, no grupo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber, com restrição.



Convênios e parcerias a prestar contas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Restaurante Centro	279.197	1.640.139
Restaurante Popular Teresópolis	98.348	
SCFV - PSE	237	130.738
SCFV - PSB	114	158.666
Poupança Jovem	424.747	94.103
SCFV - Programas e Projetos	1.450	70.046
PSF - Saúde Familiar	8.499	8.884
Projeto Governo do Japão	-	8.496
FIAT - Promovendo a Educação	1.978.395	
Consulado Americano	71.129	-
SCFV - Educação p/o futuro PA 18	109.183	-
SCFV - CP 001/2017 FUNARBE	385.266	-
TEP - Termo de Fomento Sigcon 35	53.580	-
SCFV - Premio Itau Unicef 2017	27.065	-
SCFV - Rede Viver Bem 2081757	63.727	-
Total	<u>3.500.937</u>	<u>2.111.072</u>

A sigla SCFV significa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, tipificação utilizada nos serviços de Assistência Social e a sigla TEP, Termo de Emenda Parlamentar.

12. PATRIMONIO SOCIAL

O patrimônio social compreende o saldo inicial, acrescido ou diminuído dos valores dos superávit(s) ou déficit(s) ocorridos.

A avaliação de ativos é discriminada abaixo, acrescida de ajustes ocorridos em 2016:

Contas	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Avaliação dos terrenos	2.413.947	2.413.947
Avaliação das edificações	776.910	1.025.090
Total	<u>3.190.857</u>	<u>3.439.037</u>

13. ASSISTÊNCIA SOCIAL PRATICADA

Os projetos socioassistenciais levados a efeito, estão de acordo com o artigo 18 da Lei 12.101/09, regulamentado Decreto 8242/14, observada, ainda, as diretrizes da Lei 8.742/93. A entidade presta serviços ou realiza suas ações, de forma **gratuita**, continuada e planejada, para os usuários e a quem deles necessitar, sem



qualquer discriminação. No exercício de 2017 os serviços realizados que foram custeados com recursos de terceiros e de geração própria, encontram-se discriminados.

Nomeclatura do Serviço conforme Tipificação	Origem do Recurso	Tipo	Nome do Projeto no Instituto Ramacrisna
Segurança Alimentar	Publico	Termo de colaboração	Restaurante Centro
Segurança Alimentar	Publico	Termo de colaboração	Restaurante Teresópolis
SCFV	Publico	Termo de colaboração	SCFV-PSE
SCFV	Publico	Termo de colaboração	SCFV-PSB
SCFV	Publico	Termo de colaboração	SCFV - PJ
SCFV	Publico	Termo de colaboração	SCFV - PP
Programa da Saúde Familiar	Publico	Termo de colaboração	PSF-Saúde
SCFV	Privado	Parceria	Promovendo a Educação
SCFV	Privado	Parceria	Consulado Americano
SCFV	Publico	FIA	Educação para o futuro PA 18
SCFV	Publico	Termo de colaboração	Funarbe - CP 0001/2017
TEP	Público	Emenda Parlamentar	Sigcon 35
SCFV	Privado	Premio	Itau Unicef 2017
SCFV	Publico	FIA	Rede Viver Bem 2081757

Os principais parceiros cuja origem de recurso foi privada são o Rotary Club de Belo Horizonte – Liberdade e o Governo do Japão, com apoio direto e a Localiza Fleet, Esab, Eutectic do Brasil, Cemig e Copasa, por meio do fundo de incentivo da Criança e Adolescente – FIA/ECA administrados pelo Conselho Municipal da Criança e Adolescente de Betim. Já as contratualizações públicas foram firmadas junto às prefeituras de Betim e Esmeraldas.

ECA é a sigla utilizada para designar o Estatuto da Criança e do Adolescente.

14. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

Em atendimento ao Parágrafo Único, Artigo 4º, do Decreto nº 2.536, de 07/04/98, são demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções previdenciárias, como se devido fosse, gozadas durante o exercício de:





Isonções usufruídas

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Inss	1.455.486	1.689.904
RAT	145.535	168.922
Terceiros	240.131	278.835
Total	<u>1.841.152</u>	<u>2.137.661</u>

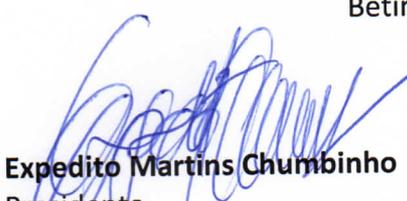
15. APLICAÇÃO DE RECURSOS E REMUNERAÇÃO

O Instituto Ramacrisna não concede remuneração a nenhum de seus associados que desempenham atividades de Direção. Os recursos da associação são integralmente aplicados no país e na manutenção de seus objetivos institucionais conforme disposições estatutárias.

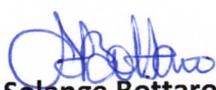
16. SEGUROS

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

Betim, 31 de dezembro de 2017.



Expedito Martins Chumbinho
Presidente
CPE: 010.810.986-00



Solange Bottaro
Vice-Presidente
CPF:256.021.016 - 91



Américo Amarante Neto
Superintendente
CPF: 265.453.306-91



Daniela Balbina de Souza Crespo Marra
Gerente de Controladoria
CRC/MG nº 74.949

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores
Conselheiros e Administradores do
INSTITUTO RAMACRISNA
Betim - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações do **Instituto Ramacrisna**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **Instituto Ramacrisna**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador, e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

O **Instituto Ramacrisna** apresentou carta de seu corpo jurídico em relação aos processos que tramitam sob sua lide. Não foram reconhecidas as prováveis perdas, uma vez que, conforme Parecer dos Assessores Jurídicos, a Prefeitura Municipal de Betim é corresponsável nesses processos, e tem assumido o ônus financeiro, devido ao fato de que as demandas são oriundas do convênio firmado entre o **Instituto Ramacrisna** e àquela Prefeitura.

Conforme Nota Explicativa 5, o **Instituto Ramacrisna** possui voluntários com formação nas mais diversas áreas profissionais, que participam das atividades de acordo com suas especificidades e

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

necessidades. A ITG 2002, em seu item 19, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Contudo, o **Instituto Ramacrisna** não realizou a mensuração e reconhecimento do trabalho voluntário, tendo em vista que o custo para gerar essa informação seria superior ao seu benefício.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do **Instituto Ramacrisna**, é a responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não tivemos acesso ao relatório da administração até o encerramento de nossos trabalhos e, portanto, não temos nada a relatar a respeito disso.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do **Instituto Ramacrisna**, é a responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos Controles Internos, que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do **Instituto Ramacrisna**, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o **Instituto Ramacrisna**, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do **Instituto Ramacrisna**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia, de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os Controles Internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos Controles Internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos Controles Internos do **Instituto Ramacrisna**
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis, e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o **Instituto Ramacrisna** a não mais se manter em continuidade operacional.

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identificamos durante nossos trabalhos.

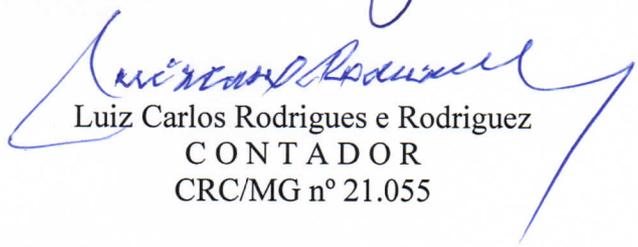
Belo Horizonte, 28 de março de 2018

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

CRC/MG nº 5.198-02

CVM 8460


Régis Monteiro Ferreira
CONTADOR
CRC/MG nº 67.409


Luiz Carlos Rodrigues e Rodriguez
CONTADOR
CRC/MG nº 21.055


Warley de Oliveira Dias
CONTADOR
CRC/MG nº 094.865